

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7ª Sessão Ordinária de 2016

(Publicada no Diário Eletrônico, Caderno Processual, de 06/04/2016, págs. 2/16)

Dia: 12/04/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1. Aprovação das Atas da 5ª Sessão Ordinária (15/03/2016) e da 6ª Sessão Ordinária (29/03/2016).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

2. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 14/04/2015

3. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

5. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

6. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

7. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei nº 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

8. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 24/11/2015

9. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24
Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
10. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

11. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 26/01/2016

12. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/01/2016

13. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução n.º 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

15. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
16. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Advogado: Rubimar Barreto Silveira – OAB/MT n.º 3.640
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou a aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 15/03/2016

17. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 05/04/2016

18. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000216/2015-60 (Recurso Interno)
Recorrente: Maxon Vander Monteiro
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

19. Inspeção n.º 0.00.000.000622/2014-41

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Acompanhamento do cumprimento das proposições contidas no relatório conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

20. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

21. Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU
Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária (29/03/2016)

22. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001434/2014-31

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogados: Danielle de Sena Lourenço – OAB/MA n.º 14.630-A; Nelson Wilians Fraton Rodrigues – OAB/MA n.º 9.348-A
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

23. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000629/2015-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Mariselma Marques Costa
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: São Paulo
24. Inspeção n.º 0.00.000.000868/2015-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção realizada na Corregedoria Geral do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (12/04/2016)

25. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000217/2013-42
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho 8ª Região/PA
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho 8ª Região/PA.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
26. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000289/2013-90
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 no Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
27. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000401/2013-92
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Pará
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Pará.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

28. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000828/2013-91
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
29. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001518/2013-93 (Recurso Interno)
Recorrente: Maxwell Pariz Xavier
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará
30. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001541/2013-88
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
31. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001562/2013-01
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
32. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001572/2013-39
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/Belém
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal
33. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001035/2014-70
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Pará
Assunto: Atendimento Prioritário.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
Origem: Distrito Federal

34. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001673/2014-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Ministério Público da União; Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer a verificação da existência de casos de reversão de aposentadoria no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União, por ocasião do julgamento do processo CNMP n.º 0.00.000.000966/2014-51.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
35. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001733/2014-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ricardo Barichello Butzer
Advogados: Carlos Tiego de Souza Arruda Lima – OAB/DF n.º 36.614; Luciano Galvão Novaes – OAB/RJ n.º 181.650; Paulo Dóron Rehder de Araujo – OAB/SP n.º 246.516; e outros.
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente o pedido de desconstituição da decisão de exoneração do requerente, proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, determinando-se, por consequência, o seu vitaliciamento no cargo de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo
36. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000420/2015-81 (Recurso Interno)
Recorrente: Sigiloso
Advogado: Rodrigo Mundim – OAB/GO n.º 31.792
Recorrido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento dos autos, nos quais são requeridas providências quanto à atuação do Ministério Público do Estado de Goiás, em relação a infrações de regras de serviço público ocorridas no âmbito de Promotoria de Justiça do mencionado Estado.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Goiás
37. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000527/2015-29
Requerente: Eduardo Henrique Borba Lessa
Advogados: Eduardo Salles Ribeiro Varejão – OAB/PE n.º 30.281; Fernando Bezerra Moraes – OAB/PE n.º 23.284; Germana S. de A. Guimarães – OAB/PE n.º 11.185-E; José Sóther e Silva Neto – OAB/PE n.º 24.281; Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24.583; Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE n.º 22.382
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer a revisão da decisão proferida pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco no procedimento administrativo n.º 2013/1292066, que indeferiu requerimento de pagamento de indenização pelo exercício da função de Coordenador Administrativo do Núcleo de Família e Registro Civil da Capital.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco

38. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000883/2015-42
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de Fortaleza/CE.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
39. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000181/2016-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Jornal "O Regional" Empreendimentos Editoriais
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

1. Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 26/01/2016

2. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 1.00188/2015-16
Requerente: Anton Klaus Matheus Morais Tavares
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessado: Helio Luiz Cáceres Peres Miranda
Objeto: Cumprimento. Resolução CNMP n.º 81/2012. Garantia. Nomeação do requerente. Vagas de Portadores de Necessidades Especiais. Cargo de Promotor de Justiça do Estado do Tocantins.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Tocantins
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 27/01/2016

3. Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

4. Proposição nº 1.00126/2015-31
Proponente: Jarbas Soares Júnior
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 05/04/2016

5. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00353/2015-85
Requerente: Renato da Silva Filho
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogados: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24.583; Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE n.º 1.636
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portaria CGMP 018/2013. OECPJ 002/2014.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

6. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67
Requerente: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Desconstituição de ato. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Autos do Processo Administrativo nº 00001.01104/2015-4. Ajuda de Custo. Remoções Voluntárias. Violação a princípios da Administração Pública.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

7. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00128/2015-49
Requerente: Procuradoria Geral do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Resolução nº 121/2015. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Nulidade do inciso VII, do artigo 6º. Autorização de concessão de medidas liminares/cautelares pelos Conselheiros Relatores. Ausência de atribuição do Colegiado para assegurar direitos em casos concretos. Liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

8. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

9. Proposição nº 1.00222/2015-52
Proponente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Enunciado que dispõe sobre a competência do Conselho Nacional do Ministério público na análise de ato de Procurador-Geral.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

10. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00320/2015-80
Requerente: Eduardo Antunes Parmeggiani
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Reformulação da lista de antiguidade dos membros do Ministério Público do Trabalho. Cômputo do período em que exerceu o cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho para fins de antiguidade na classe de Procurador Regional do Trabalho.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Rio Grande do Sul

11. Proposição nº 1.00333/2015-96
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal

12. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2015-57
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Requer afastar a exigência contida no art. 1º do Ato nº 24/2015-PGMP e do art, 7º, § 2º, do Ato 20/2014-PGMP.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

13. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49
Requerente: André Luís Alves de Melo
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Minas Gerais

14. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00327/2015-66 (Recurso Interno)
Recorrente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Desconstituição Integral ou Revisão Parcial. Resolução nº 010/2015-CPJ. Determinação ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte para que proceda nova apreciação da proposta de alteração de atribuições contida no Processo Administrativo nº 6.714/2013.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

15. Proposição nº 1.00312/2015-43
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/03/2016)

16. Pedido de Providências nº 1.00380/2015-58
Requerente: Eduardo Libardoni
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Portarias. Procuradoria da República no Município de Chapecó. Plantão Institucional fora do horário de expediente. Indenização por horas trabalhadas. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Santa Catarina

17. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00449/2015-06
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Suspensão. Decisão. Processo nº 20668/2014-9 (40460/2014-7). Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará. Pagamento de gratificação de titulação, no percentual de 20% a servidor.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Ceará

Processos desta Sessão (12/04/2016)

18. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00008/2015-14
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2012 oriundo do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Pernambuco
19. Pedido de Providências nº 1.00066/2015-84
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Sustação. Alteração. Lei Orgânica. Resolução. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Competência Exclusiva. Procurador-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
20. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2015-27 (Recurso Interno)
Recorrente: Jose Carlos Paes
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Declaração. Ilegalidade. Imoralidade. Pagamento de verbas. Fundo de Reserva do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ajuizar Ações.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
21. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2015-74
Requerente: Márcio Hedmann Blasius
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Controle. Quantidade. Cargos Comissionados. Gastos com Pessoal. Prejuízo. Nomeação. Aprovados em Concurso Público. Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Santa Catarina

22. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56
Requerente: Deusedith Ferreira Araújo
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Roraima
23. Proposição nº 1.00224/2015-60
Proponente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Objeto: Proposta de Enunciado do Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, que dispõe sobre o cabimento de Embargos de Declaração em Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
24. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00234/2015-04
Requerente: Rosana Tavares de Oliveira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Jair Araújo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 10, da Promotoria de Justiça de Mogi das Cruzes. Determinação ao Executivo local para exonerar parentes de vereadores que ocupem cargos comissionados na Prefeitura Municipal.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: São Paulo
25. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00307/2015-77 (Apensos: Processos nºs 1.00329/2015-73; 1.00330/2015-25; 1.00004/2016-90; 1.00005/2016-43)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Município de Três Rios. Denúncia do Juízo da Vara Federal. Processos sem movimentação por parte de membro do Parquet. Inércia. Desídia. Arquivamentos pela prescrição da pena em abstrato ou pela ausência de interesse de agir.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
26. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00349/2015-62
Requerente: Eric de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Requer reforma de ato da Câmara de Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais que indeferiu desistência/renúncia em revogação da Promoção para Promotor de Justiça Titular da 6ª Promotoria de Justiça de Três Corações. Indeferimento da desistência renúncia.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Minas Gerais

27. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2015-35
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Desconstituição. Resolução CSMP nº 006/2004. Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia. Disciplina o procedimento de colocação em disponibilidade de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia
28. Pedido de Providências nº 1.00379/2015-04
Requerente: Edson de Resende Castro
Objeto: Alteração. Resolução CNMP nº 030/2008. Disciplina a designação de Promotores de Justiça para o exercício das funções Eleitorais. Fixação do dia 01 de agosto para início do período de impedimento ao gozo de férias. Fixação do dia 10 de agosto para início do plantão de fins de semana e feriados.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
29. Proposição nº 1.00383/2015-19
Proponente: Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o cancelamento de anotações de qualquer natureza do membro do Ministério Público, referentes às reclamações, sindicâncias e demais procedimentos de cunho disciplinar, arquivados sem sancionamento, após o transcurso do lapso temporal de 2 (dois) anos da decisão definitiva.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
30. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00407/2015-02
Requerente: Luciano Almeida Maracajá
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogados: José Edísio Simões Souto – OAB/PB nº 5.405; Eduardo Henrique Farias da Costa – OAB/PB nº 12.190; Felipe de Brito Lira Souto – OAB/PB nº 13.339; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto – OAB/PB nº 14.916
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo nº 001.2014.005402 – CGMP/PB, originário da Corregedoria Geral do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraíba
31. Pedido de Providências nº 1.00431/2015-14 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Tsuyoshi Oishi
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Providências. Arquivamento. Procedimento nº 004614005874-7. Ministério Público do Estado do Paraná. Promotoria de Defesa das Pessoas com Deficiência.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Paraná

32. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00020/2016-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.169
Recorrido: Ministério Público da União
Objeto: Revisão geral anual da remuneração de membros e servidores do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 53/2010. Cumprimento da decisão exarada no Processo n.º 0.00.000.001904/2010-32.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
33. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00039/2016-00
Requerente: Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Desconstituição e revogação de atos administrativos. Despacho nº 299.2015.PGJ.1048699.2015.38779. Portaria nº 2514/2015/PGJ-AM que determinou instauração de sindicância contra o requerente. Pregão Eletrônico nº 5005/2012. Pregão Presencial nº 005/2011. Edital de Concorrência nº 3.001/2012.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Amazonas
34. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00083/2016-00
Requerente: Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Suspensão. Demais fases do Concurso Público. Ingresso na Carreira. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Convocação da requerente para exames médicos e entrega de documentos da inscrição definitiva.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
35. Proposição nº 1.00090/2016-86
Proponente: Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta. Emenda Regimental. Alteração da redação do art. 68, caput e parágrafos do RICNMP.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público